

# UMA ANÁLISE EMPÍRICA DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL EM SANTA CATARINA DE 1986 A 1999

Fabio Stallivieri

## RESUMO

O presente trabalho é resultado da pesquisa científica, sobre a evolução do mercado formal de trabalho no Estado de Santa Catarina no período de 1986 – 1999. Trata da questão dos postos formais de trabalho com base em um levantamento de dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) e da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio). Com base nos dados, traçou-se as principais tendências em relação à criação dos postos de trabalho formais, bem como o perfil deste no final do ano de 1999. Avaliando-se os dados chegou-se a algumas conclusões, tais como: a criação de postos formais de trabalho em níveis inferiores ao aumento da **PEA** e mudanças no peso relativo dos setores da atividade econômica em relação à alocação dos postos formais de trabalho, dentre outras.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho traça um quadro do emprego formal no Estado de Santa Catarina. No decorrer deste, são apresentadas às variações quantitativas e algumas qualitativas do mercado de trabalho formal neste Estado. Efetuando-se uma breve análise do emprego formal em Santa Catarina, no período de 1986-1999, estuda-se as mudanças que estão ocorrendo nas condições de reprodução da força do trabalho. Tais modificações estão mudando as tendências mais favoráveis aos trabalhadores, observadas nos últimos anos.

No final do século XX, mais precisamente após a década de 70, as questões relacionadas ao mundo do trabalho, acentuam um grave problema, tanto nas sociedades desenvolvidas como também nas em processo de desenvolvimento. A redução dos níveis de desemprego, os ganhos salariais, bem como a padronização das relações de trabalho (contratos coletivos de trabalho), vivenciadas no 2ª pós-guerra (MATTOSSO, 1994), são hoje meras lembranças de um mundo onde a relação capital/trabalho apresentava-se mais favorável aos trabalhadores<sup>1</sup>.

O advento da Terceira Revolução Industrial, no início da década de 70, mudou as tendências mais favoráveis aos trabalhadores. A busca constante da maior competitividade, além das mudanças econômicas, políticas e sociais em curso no mundo, afetam, talvez de forma inédita, o mercado de trabalho, ou seja, as alterações na estrutura das economias mundiais afetaram a vida da classe trabalhadora. Teóricos do mundo todo tentam esboçar uma

---

<sup>1</sup> A implementação do Estado do Bem Estar Social também foi viabilizada pelo contexto histórico vivido na época, onde o combate ao “espectro” do comunismo se fez necessário, para manter a hegemonia do sistema capitalista.

perspectiva para os próximos anos. O quadro exposto mundialmente, no que se refere às classes trabalhadoras sugerem o redesenho, do sistema social e, no limite, até mesmo sua ruptura.

A Organização Internacional do Trabalho (1999) coloca que, no ano de 1998, haviam 150 milhões de desempregados no mundo. A partir da década de 80 a **PEA** tem aumentado em maior proporção que o emprego. O mesmo estudo mostra que na América Latina e no Caribe, entre 1990 e 1997, a força de trabalho cresceu 3,2%, enquanto que os postos de trabalho cresceram apenas 2,9%. Para diminuir o desemprego e o peso do setor não estruturado (informal) na América Latina seria necessário que a economia crescesse no mínimo 6% ao ano. Nesta parte do mundo, a reestruturação do setor público, a abertura desprogramada de vários países para o mercado mundial e a constante inovação tecnológica, que permite ampliar a produção com menos trabalhadores (aumento da produtividade), têm transferido uma grande quantidade de trabalhadores (até mesmo os qualificados) do setor estruturado (formal) para o não estruturado (informal).

O permanente movimento do capitalismo provoca alterações na quantidade; nas formas de uso, de contratação, de pagamento; e nas qualificações exigidas dos trabalhadores, alterando assim, suas condições de vida e trabalho.

Este estudo está estruturado em cinco seções, além desta breve introdução. A segunda seção apresenta às novas tendências do mercado do trabalho brasileiro. A terceira, traça um quadro estrutural do mercado de trabalho formal em Santa Catarina no período de 1986-1999. A quarta seção caracteriza o perfil dos PFT do Estado. Por fim apresenta-se algumas considerações finais, em relação à nova estrutura do mercado de trabalho formal do Estado.

## **2 O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL**

Os efeitos do crescimento industrial praticamente nulo na década de 80 foram graves para o mundo do trabalho, com acentuada diminuição do emprego formal, deterioração do salário real e aumento da rotatividade. Estes efeitos derivam muito mais da crise do que da introdução de inovações tecnológicas (CANO, 1994).

Entre 1980 e 1991, a população do país aumentou a uma taxa de 1,9% ao ano, já a **PEA**, no mesmo período, aumentou a uma taxa de 2,9% ao ano, devido principalmente à maior entrada de mulheres no mercado de trabalho. Já na década de 90, a **PEA** cresceu a uma taxa anual de 2,2% e deve manter este mesmo ritmo, pelo menos até 2005 (PASTORE, 1998).

Para acompanhar a taxa de crescimento da **PEA**, a economia brasileira deveria crescer a uma taxa de 5,5% ao ano<sup>2</sup> (idem, 1998).

O processo de reestruturação produtiva, compatível com a ocorrida nas economias mais desenvolvidas, configura-se no país no início dos anos 90. Apesar de alguns indícios de reestruturação no final dos anos 70 e início dos 80, calcado na introdução de Círculos de Controle de Qualidade (**CCQ**), não houve a preocupação em alterar de modo significativo às formas de organização do trabalho, ou em investir mais efetivamente em novos equipamentos microeletrônicos. Estas primeiras experiências de reestruturação constituíam em uma adaptação das experiências japonesas à realidade brasileira. O fracasso das estratégias tornou-se evidente já na metade da década de 80, quando os projetos foram abandonados devido à relutância, tanto do movimento operário, como das empresas em adaptar-se às novas formas gerências.

Em função do aprofundamento da crise do modelo de abertura comercial dos anos 90, as empresas concentraram seus esforços nas estratégias organizacionais, bem como na adoção de novas formas de gestão de mão-de-obra mais compatíveis com a necessidade da flexibilização do trabalho e com o envolvimento dos trabalhadores com a qualidade e a produtividade.

Os efeitos da implementação da 3ª Revolução Industrial no país, somados as políticas econômicas do período, levaram a sérias mudanças no mercado de trabalho nacional. Ocorreu uma redução do custo efetivo do trabalho, quando comparado internacionalmente; aumentou a terceirização nas empresas de grande porte; ocorreram alterações significativas nos quadros funcionais, com grande eliminação de chefias intermediárias; reduziu a cobertura sindical; aumentou o tempo de desemprego; aumentou o emprego domiciliar e autônomo; alterou-se a estrutura ocupacional; e aumentou a rotatividade e os níveis de desemprego aberto.

Durante o período, caiu a participação relativa do emprego com carteira de trabalho relativo a um aumento na participação dos trabalhadores sem carteira, por conta própria e empregadores. Segundo Cacciamali (1999), o aumento da participação do setor informal está ligado a dois fenômenos. O primeiro diz respeito à reorganização do trabalho assalariado, devido à reformulação das relações de trabalho, das formas de organização da produção e do mercado de trabalho formal, revelando outros modos de contratação, como cooperativas de trabalhadores, empreiteiras de mão-de-obra, agência de trabalho temporário, etc. Este novo fenômeno leva a uma maior insegurança nas relações de trabalho e na percepção de renda,

---

<sup>2</sup> Segundo Pastore (1998) cada 1% de crescimento do PIB, leva a criação de 300 mil empregos.

sendo que o uso flexível do trabalho, freqüentemente, está associado a menores salários. O segundo fenômeno relaciona-se ao auto emprego e a outras estratégias empreendidas pelas pessoas, na tentativa de sobreviverem fora do mercado formal de trabalho. Este fenômeno é caracterizado, portanto, pelo trabalho por conta própria e também pelo emprego em micro-empresas.

A perda da posição relativa da indústria de transformação no total dos empregos, com uma maior participação do setor de serviços, é uma tendência apontada por quase todos os estudiosos do assunto. Esta nova realidade reverte à tendência anterior que caminhava para uma maior participação do emprego no setor secundário. Em seus estudos, Dedecca (1994) demonstra que o **PIB** industrial, entre 1987 e 1992, descola-se do **PIB** total, devido, principalmente, à abertura econômica. Colaborando para a redução do emprego no setor, está a introdução de novas formas de gestão da mão-de-obra, acompanhadas de novas normas de regulação do trabalho, como o banco de horas e a participação nos lucros e resultados. O autor supracitado relata que, paralelo aos ganhos de produtividade no setor, verifica-se redução do salário real, caracterizando a apropriação quase que exclusiva pelas empresas dos ganhos de produtividade.

Ainda com relação ao setor industrial, outra unanimidade parece ser a redução da participação, no emprego, dos trabalhadores menos qualificados. A modernização realizada no setor elevou as exigências de qualificação e alterou o perfil do trabalhador. Segundo Pochmann (1999), dificilmente um trabalhador desempregado pelo setor industrial, vai conseguir recuperar a sua posição, ou seja, os trabalhadores “postos para fora” da indústria dificilmente conseguirão retornar para este ramo de atividade.

No período em análise, Pochmann (1999) constata um aumento na oferta de trabalho, o que repercute na qualidade da mão-de-obra, em termos de escolaridade e de capacidade de empregabilidade ao longo do tempo. Os aumentos do **PEA**, no período, relaciona-se ao aumento da participação de trabalhadores inativos, bem como na entrada mais precoce no mercado de trabalho (trabalhadores mais jovens) e, seguindo a tendência anterior, no aumento de participação feminina. Já em relação à qualificação da mão-de-obra, o tempo médio de escolaridade no Brasil é de 3,9 anos, mas, paralelo a este fato, nota-se um aumento da participação dos empregados com segundo grau completo e superior e uma redução dos analfabetos e dos com ensino primário. O aumento da escolaridade é indispensável para a melhor qualificação da mão-de-obra, mas também condena boa parte dos trabalhadores a se contentar (quando muito) com empregos em situação precária.

No mesmo estudo, o autor detecta alterações na demanda por trabalho, sendo o setor terciário o principal responsável pelas ocupações criadas. Vale ressaltar que a maioria das ocupações, geradas neste setor, está relacionadas com a informalidade, com a baixa qualificação do trabalhador, com os baixos salários e com a alta insegurança.

Segundo Mattoso (1999), em seu livro “O Brasil desempregado”, o desemprego e a precarização do trabalho atingem, praticamente, todos os setores e todas as regiões e o país nunca conviveu com um desemprego tão elevado e com tão alto grau de deterioração do trabalho. O autor comenta que, entre 1989 e 1998, o desemprego cresceu mais para os homens de mais idade (40 anos). No mesmo estudo, o autor constata que, hoje, mais de 50% dos empregos nas grandes cidades se encontram em algum tipo de informalidade e que, ao longo dos anos 90, foram queimados 3,3 milhões de **PFT**. Desde que Fernando Henrique Cardoso assumiu, em 1994, foi contabilizada uma queima de 1,8 milhões de empregos formais, sendo que só a indústria de transformação foi responsável pelo fechamento de 1,6 milhões de **PFT**.

Mattoso (1999) fez duas críticas ao governo de FHC, afirmando que o tripé de abertura econômica e financeira indiscriminada, sobrevalorização do real e juros elevados teve como resultado um crescimento econômico medíocre e uma profunda desestruturação produtiva, cujas trágicas consequências sobre o mercado de trabalho nacional já foram observadas.

Em resumo, o quadro relacionado ao emprego no país não poderia ser pior. A reação das empresas, na década de 90, foi aumentar a terceirização, fechar unidades produtivas, racionalizar a produção, importar máquinas e equipamentos, buscar parcerias, fusões ou transferência de controle acionário e reduzir custos, sobretudo de mão-de-obra. Baltar (1994) comenta que as desigualdades sociais ampliaram-se nos anos 80, bem como as desigualdades na distribuição de renda<sup>3</sup>, em virtude da estagnação econômica, levando à eliminação dos empregos com alta remuneração e alteração da natureza dos empregos criados após a recessão do início da década de 80. Já nos anos 90, com o aumento da profundidade da recessão e com as práticas empresariais de modernização e racionalização dos processos de trabalho e a inevitável mudança na estrutura do emprego, as desigualdades sociais foram ainda mais ampliadas.

Neste período, ocorreram sérias alterações no mercado de trabalho brasileiro, com pouca criação de postos de trabalho, sendo estes de baixa qualidade, baixa qualificação e baixa remuneração; ocorreu uma redução na participação da indústria no total do emprego; reduziu-se a participação dos trabalhadores mais jovens no total do emprego formal; e as

---

<sup>3</sup> Os ocupados de remuneração inferior perderam, enquanto os de remuneração superior auferiram rendas bem maiores.

empresas menores aumentaram sua participação no total do emprego. A simples flexibilização do mercado de trabalho formal não parece, por si só, poder resolver os problemas relacionados ao mercado de trabalho brasileiro.

As soluções apontadas pelos órgãos oficiais (**OIT**, **OMC**) que se direcionam no sentido de regulamentar e homogeneizar as relações de trabalho e, de uma reforma global, tão pouco parecem poder resolver o problema em nível regional. O século XXI já começou e os problemas relacionados ao trabalho no país, parecem de difícil solução.

### **3 EVOLUÇÃO DO EMPREGO E MUDANÇAS ESTRUTURAIS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL EM SANTA CATARINA**

Nesta etapa do trabalho, optou-se por fazer uma análise do comportamento do emprego formal no Estado, com base nos dados obtidos na **RAIS**, no período de 1986 a 1999. A intenção é tentar captar as tendências do mercado de trabalho formal, em relação à alocação quantitativa e qualitativa dos **PFT**.

Paralelo a esse esforço coloca-se também algumas características da **PEA** no período de 1992 a 1999<sup>4</sup>, com a intenção de contextualizar o comportamento da mesma. Dessa forma, faz-se alguns comentários em relação ao índice de desemprego e à parcela da **PEA** ocupada e sua distribuição, bem como a relação entre a **PIA** e a **PEA**.

Num primeiro contato com os dados (Anexo Tabela I), vê-se que nos quatorze anos (1986-99) de análise foram criados 161.742 postos formais de trabalho em Santa Catarina, o que representa um aumento de 19,38%, com média anual de 1,38%. As questões que se colocam é se este aumento está conseguindo captar os indivíduos que entraram no mercado de trabalho no período (se está equiparado ao aumento da **PEA**). Se a distribuição setorial destes postos alterou sua tendência no decorrer dos anos de estudo. Se as tendências do emprego formal no Estado seguem as levantadas na revisão teórica.

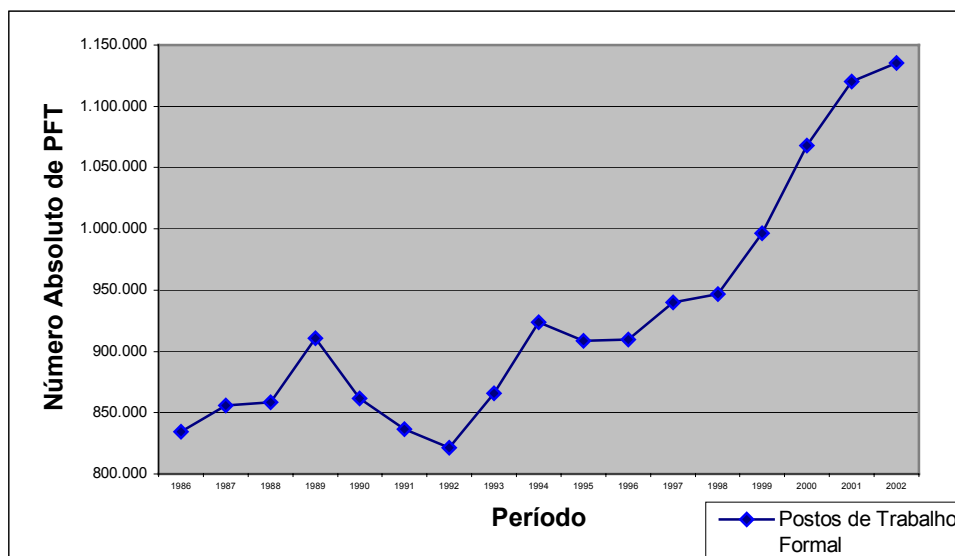
O comportamento do emprego formal (Gráfico 1) indica a existência de três subperíodos ao longo dos anos de análise, com tendências opostas no que se refere à criação de postos formais de trabalho. O primeiro subperíodo (1986-1989) pode ser caracterizado como o de crescimento do emprego, em que quase todos os subsetores registram aumento no número de **PFT**. As exceções são os subsetores da Indústria Extrativa Mineral, com perda de

---

<sup>4</sup> O período de análise da **PEA** se limita a estes anos por serem estes os dados disponibilizados na base de dados 'Séries Históricas' do **MTe**.

3.258 **PFT**, uma redução relativa de 24,51%. Esses dados mostram os primeiros sinais da desarticulação da indústria carbonífera no Sul do Estado. A Indústria de Calçado destruiu 2917 empregos e o setor da Administração Pública contabilizou a maior perda absoluta no período, 18.885 postos a menos.

**Gráfico 1: EMPREGO FORMAL EM SANTA CATARINA - 1986 A 2002**



FONTE: RAIS, CAGED/SC

Os dados referentes ao ano de 2000 são retirados da RAIS-Preliminar.

Os dados referentes ao ano de 2001 referem-se a uma aproximação<sup>5</sup>.

Os dados referentes ao ano de 2002 são referentes ao mês de Fevereiro e também são uma aproximação<sup>6</sup>

Durante esse período não ocorreu nenhuma mudança significativa em relação à distribuição setorial dos **PFT**, ou seja, todos os grandes setores da atividade econômica (com exceção da Administração Pública), praticamente, mantiveram seus pesos relativos diante da alocação do emprego formal. A retomada do crescimento deste, no período, não pode ser vista de outra forma, que não seja pela influência de fatores cíclicos. Neste sentido, a retomada do crescimento econômico, entre 1986-87, teve uma influência significativa.

O segundo subperíodo (1989-1992) registra uma tendência contrária ao anterior e uma forte redução no número de postos formais de trabalho. Em 1989 eram registrados 910.724 **PFT** e, em 1992, este número cai para 821.482, representando uma redução de 89.242 empregos formais, ou de quase 10% do montante inicial.

<sup>5</sup> Aproximação porque usou-se o estoque de **PFT**, da **RAIS** - Preliminar do ano de 2000 e acrescentou-se o saldo do movimentação (admitidos – desligados) do **CAGED**, referente ao período.

<sup>6</sup> Usou-se os dados obtidos para o ano de 2001 e acrescentou-se o saldo da movimentação dos dois primeiros meses do ano.

Em quase todos os subsetores analisados verifica-se esta tendência. Na Indústria da Transformação houve uma redução de 75.716 postos formais de trabalho, uma queda na ordem de 21,33%. O único subsetor da Indústria da Transformação onde houve aumento foi no de Material de Transportes, com a criação de 1.216 **PFT**. Pode-se dizer que a indústria catarinense foi fortemente abalada pelas políticas de abertura econômica implementadas no governo Collor. O setor mostrou-se incapaz de concorrer com o mercado externo, além de acompanhar uma tendência mundial, em que se nota uma queda na produção líquida e um aumento da produtividade não compensado pelo aumento das quantidades produzidas (VIEIRA e OURIQUES, 1998).

Em valores absolutos, o subsetor que registrou a maior redução foi a Indústria Têxtil, destruindo 19.640 empregos no Estado, sendo que apenas na microrregião de Blumenau está queda foi de 14.048 empregos. Na análise dos dados, constata-se (Anexo Tabela I) que a redução do emprego formal na Indústria da Transformação não foi compensada por um aumento no volume de postos formais de trabalho no Comércio e em Serviços, pois estes postos também registram queda neste subperíodo. Logo, não ocorreram alterações significativas na participação relativa dos setores.

A Administração Pública, revertendo a tendência anterior, abriu 3.618 novos **PFT**, o que significou um aumento de 2,68%. Em bem menor escala, o setor da Agricultura criou 394 novos **PFT**, também registrando um desempenho positivo no subperíodo. Mais uma vez, os fatores cíclicos da economia mostram sua influência sobre o emprego, já que esse período é marcado por uma forte instabilidade, tanto nas expectativas empresariais, como no comportamento das variáveis econômicas (taxa de inflação, taxa de câmbio...).

No terceiro subperíodo (1992-1999), houve um aumento de 21,30% no número de empregos formais, uma vez que foram criados 174.957 novos empregos. Quase todos os subsetores apresentaram um movimento positivo, destacando-se o subsetor do Ensino, que criou 23.895 **PFT**, correspondendo a um aumento de 719,08% somente nestes oito anos. Além dele, o setor de Comércio criou mais de 60.000 postos formais de trabalho. Até a Indústria de Transformação teve saldo positivo no subperíodo investigado. Os três únicos subsetores que apresentaram queda foram a Indústria de Calçados, Borracha, Fumo e Couro e o da Indústria Mecânica que juntos destruíram 5.449 empregos.

Apesar do desempenho positivo da Indústria da Transformação, na qual foram criados 57.707 **PFT**, ela perdeu sua posição relativa, sendo responsável agora por 33,82% do emprego formal no Estado. Em 1992, a Indústria de Transformação era responsável por 34%



do emprego formal e os setores do Comércio e dos Serviços, juntos, por 34,89%; já, em 1999, os dos dois setores somados eram responsáveis por 42,37% do emprego formal no Estado. Este dado é um forte indício de mudanças no emprego formal, em termos de participação relativa dos setores da atividade econômica, fortalecendo o peso do setor terciário em detrimento do setor secundário. Os demais setores de atividade não alteraram significativamente seu desempenho.

O saldo final do período (1986-1999), na Indústria da Transformação, mesmo tendo a maioria de seus subsetores registrado queda no número de **PFT**<sup>7</sup>, foi positivo. Foram criados 4.681 novos empregos, o que significou um aumento relativo de 1,41%, bem abaixo dos 19,38% realizado pelo conjunto dos setores do Estado. A participação da Indústria da Transformação no total do emprego formal caiu de 39,82%, em 1986, para 33,82%, em 1999.

Já no setor do Comércio, foram criados novos 58.768 **PFT**, um aumento relativo de 57,06%. No setor de Serviços, o saldo foi positivo, com 70.177 novos empregos formais, um aumento de 36,87%. Estes dois setores somados eram responsáveis por 35,14% do total do emprego formal em 1986, sendo que, em 1999, esta participação cresce para 42,37%, como já foi mencionado. Ficam claras no final do período, algumas mudanças quanto à importância relativa das atividades econômicas, no que se refere à alocação do emprego formal. A Indústria da Transformação, apesar de ainda concentrar a maior parte dos **PFT**, perdeu espaço para os setores do Comércio e Serviços, que aumentaram sua importância relativa (somados, são mais representativos que a Indústria da Transformação).

Este fato nos remete a algumas questões: será que à parte da **PEA**, que antes se voltava para a Indústria de Transformação, está encontrando espaço nos demais setores? E Santa Catarina, que sempre foi caracterizado por sua “tradição” industrial, está perdendo essa característica? A redução do número de emprego formal na indústria vem acompanhada do fechamento de unidades produtivas ou resulta da reestruturação dessas unidades? Qualitativamente, quais são as diferenças entre os **PFT** criados na indústria e os criados nos setores de Serviços e Comércio?

Antes de tentar responder a estas questões, parece necessário fazer alguns comentários em relação ao comportamento da **PEA** e suas derivações. No período de 1992-99, 403.555 pessoas entraram no mercado de trabalho, um aumento de 16,76%. A participação feminina aumentou, passando a representar 41,69%. Os indivíduos mais jovens (até 17 anos) reduziram a sua participação na **PEA** para 10,14% do total, em 1999, comparando com os 12,82% em

---

<sup>7</sup> Anexo, Tabela I.

1992, enquanto que a faixa etária englobando as pessoas entre 40 e 59 anos aumentou seu peso relativo em 3,85%. Com estes dados, podemos constatar que aumentou a presença feminina no mercado de trabalho, os mais jovens reduziram sua participação paralela ao aumento da participação dos indivíduos entre 40 e 59 anos no mercado de trabalho e que a grande concentração da **PEA** se dá na faixa etária entre 18 e 39 anos (56,01).

A taxa de participação da força de trabalho (**PEA/PIA**) mostra a porcentagem dos indivíduos em idade ativa que estão dispostos a praticar alguma atividade produtiva, ou melhor, a participar do mercado de trabalho. Como podemos ver na tabela 1, esta taxa permanece praticamente constante no período em análise. Em 1999, 67% da **PIA** está disposta a fazer parte do mercado de trabalho em Santa Catarina.

A taxa de desemprego, apresentada na tabela, reflete a parcela da **PEA** que está desocupada. Entre 1992 e 1999, o desemprego no Estado aumentou de uma taxa de 3,82% para 7,20%. A participação feminina, no total da **PEA**, desocupada aumentou de 48,15%, em 1992, para 53,16%, em 1999. O desemprego também aumentou para as pessoas mais jovens (até 17 anos) e para os mais velhos (acima de 60 anos).

**Tabela 1: SC – TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO, TAXA DE DESEMPREGO, ÍNDICE DE EMPREGO E TAXA DE INFORMALIDADE – 1992-1999.**

| Período | PEA/PIA | Taxa de Desemprego | Índice de Emprego | Taxa de Informalidade |
|---------|---------|--------------------|-------------------|-----------------------|
| 1992    | 0,66    | 3,82               | 96,18             | 62,06                 |
| 1993    | 0,66    | 3,04               | 96,96             | 61,56                 |
| 1994    | ND      | ND                 | ND                | ND                    |
| 1995    | 0,68    | 3,24               | 96,76             | 62,24                 |
| 1996    | 0,64    | 4,16               | 95,84             | 59,74                 |
| 1997    | 0,64    | 4,67               | 95,33             | 58,40                 |
| 1998    | 0,66    | 6,73               | 93,27             | 58,01                 |
| 1999    | 0,67    | 7,20               | 92,80             | 57,35                 |

FONTE: **PNAD**, Séries Históricas – **MTe**.

O índice de emprego, que reflete a parcela da **PEA** que está ocupada (taxa de ocupação da **PEA**), caiu de 96,18%, em 1992, para 92,80%, em 1999. O aumento médio das pessoas ocupadas no Estado foi de 12,65% e, como já foi comentado, o aumento da **PEA** foi de 16,76%. Esta diferença reflete as menores taxas de ocupação no final do período e em, contrapartida, os maiores índices de desemprego.

A taxa da informalidade do mercado de trabalho reflete a parcela da **PEA** que está ocupada, mas não no mercado de trabalho formal, ou seja, reflete o peso do setor informal.

Em 1992, esta taxa era de 62,06% e, em 1999, ela cai para 57,35%, sendo ainda um número muito elevado. A redução da taxa de informalidade no período também é acompanhada de um aumento nos índices de desemprego, o que significa que as ocupações estão caindo, até mesmo, no mercado informal. Um outro fator que levou à redução desta taxa foi que o aumento médio dos **PFT** ficou na ordem de 2,66% (entre 1992 e 99), enquanto que o aumento médio da população ocupada foi de 1,58%.

Após esse breve parêntese, volta-se a atenção para o mercado formal de trabalho. A tentativa de explicar essas questões pertinentes a esse mercado, remete a um outro tipo de análise. Pode-se assumir como pressuposto que a economia se desenvolve de forma cíclica. Desta forma, para obter uma melhor visão das mudanças qualitativas e estruturais que afetaram a economia, em especial que mudaram as características do mundo do trabalho no Estado, faz-se uma análise não só do período em geral, mas dos anos nos quais ficaram caracterizados os níveis mais altos de atividade no caso de emprego, ou ao contrário, os níveis mais baixos do mesmo podem permitir um melhor entendimento das mudanças ocorridas.

Passando agora à análise cíclica, para melhor avaliarmos as mudanças estruturais do mundo do trabalho, comparou-se os anos de 1989 e 1999, que como podem ser vistos, são os “picos” (no período de análise 1986-1999), do gráfico, ou melhor, são os dois pontos mais distantes em que os níveis do emprego formal atingem seus índices mais elevados.

Em 1989, a Indústria da Transformação registrava 38,98% do total do emprego formal do Estado, o que corresponde a 355.036 **PFT**. Subsetores como os da Indústria Têxtil, Madeira e Mobiliário, Alimentos e Bebidas e Minerais Não-Metálicos eram os líderes no que diz respeito à locação de **PFT**, registrando, respectivamente, 91.038, 63.372, 41.051 e 32.319 empregos formais. Já em 1999, essa realidade se mostra bem diferente, todos os subsetores, com exceção da Indústria Metalúrgica, Materiais de Transporte, Indústria Química e de Alimentos e Bebidas, acusavam queda no número de **PFT**. No total foram fechados 18.009 postos de trabalho na Indústria da Transformação, sendo que a redução relativa foi de 5,07%. Já a importância do setor para o total do emprego formal do Estado caiu de 38,98%, em 1989, para 33,82%, em 1999, ou seja, uma redução de 5,16% na relevância global do setor.

O setor de Serviços Industriais de Utilidade Pública, também registrou uma queda de 3.633 **PFT** no período, uma queda relativa de 23,73%. A importância do setor para o Estado caiu de 1,68%, para 1,17%. A Indústria da Construção Civil criou 12.998 empregos formais no período, um aumento relativo de 62,21%. Em 1989, o setor detinha 1,74% do emprego formal do Estado, enquanto que, em 1999, este número salta para 3,40%. No setor de Comércio foram criados 49.127 novos **PFT**, um aumento de 43,61%. Para se ter uma idéia, só

no Comércio Varejista foram abertos 43.927 empregos formais, um aumento de 47,01%. A importância relativa do setor do comércio para o Estado, em relação ao emprego formal, cresceu de 12,37%, em 1989, para 16,23%, em 1999.

No setor de Serviços apenas os subsetores de Alojamento Comunitário e das Instituições Financeiras registraram queda no emprego formal. Vale lembrar que este último subsetor acompanhou a tendência nacional de redução no número de trabalhadores, pois após a estabilidade econômica e a redução da inflação ficou mais difícil para este subsetor auferir lucros através da correção monetária. A redução de custos atinge em cheio o emprego formal.

Os demais subsetores do setor de Serviços apresentaram aumento no número de postos formais de trabalho. Relativamente, este aumento foi de 16,37%, ou seja, foram criados 19.203 novos **PFT** no setor e sua importância relativa subiu de 24,58%, em 1989, para 26,4%, em 1999. O setor de Administração Pública também foi responsável pela criação de postos formais de trabalho no Estado. No período em questão surgiram 19.203 novos **PFT** no setor, um aumento relativo de 14,21%. A importância do setor saltou de 14,84% para 15,49%.

A Agricultura criou 14.581 novos **PFT**, um aumento relativo de 92,65%. A relevância do setor para o Estado, em 1989, era de 1,73%, sendo que, em 1999, este número sobe para 3,04%. Esse aumento pode ser em função da deterioração das condições de trabalho e de vida nas cidades, podendo-se hoje auferir uma hipótese de um movimento contrário ao ocorrido em meados do século XX, ao invés de o homem sair do campo para a cidade, procurando condições melhores de sobrevivência e de trabalho, ele sai da cidade para o campo buscando essas melhores condições, a expansão da Indústria de Alimentos e Bebidas também deve ter influenciado neste aumento.

A Indústria Extrativismo Mineral registrou uma redução de 4.884 **PFT**, uma queda de 48,68%. Esta queda se concentra, principalmente, no período de 1989 a 1992, impulsionadas por uma redução na produção de Carvão no sul do Estado.

Cabe aqui um breve comentário de que a composição básica do **PIB** catarinense (LINS; MATTEI, 2001) ainda concentra sua maior fatia no setor secundário (45,3%), cabendo ao setor terciário a parcela de 41,8% do **PIB** e a agropecuária, 12,9% (isto em 1998). Dessa forma, a questão colocada é que mesmo que a Indústria da Transformação tenha reduzido sua participação relativa no emprego formal do Estado, ela ainda é responsável pela maior parcela do **PIB**, ao contrário do setor terciário, que vem aumentando sua participação relativa no emprego e mantém constante sua participação no **PIB**. Este fato, no limite, pode ser um indicador de que a produtividade na Indústria da Transformação é maior que no setor terciário. Quantitativamente, estas foram as principais mudanças ocorridas no emprego formal

no Estado de Santa Catarina, no período de 1989 a 1999. Pode-se notar uma redução crônica nos quadros do emprego formal na Indústria da Transformação, redução esta, que como já citado neste trabalho, acompanha a tendência mundial para o setor.

#### 4. CARACTERIZAÇÃO DOS PFT NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Já uma análise qualitativa remete traçar as principais características dos postos de trabalho nos setores. Pretende-se, assim, qualificar as mudanças no que diz respeito ao novo perfil do trabalhador que passa a ocupar os **PFT** no final dos anos 90. Para isso torna-se fundamental a análise de algumas variáveis como idade do trabalhador, grau de instrução, remuneração do trabalhador, sexo do trabalhador, tempo de emprego e tamanho dos estabelecimentos. O período de análise engloba os anos de 1989 a 1999.

Inicia-se a análise caracterizando a ‘idade do trabalhador’. Agruparam-se então os postos de trabalho em três categorias: a primeira, englobando os trabalhadores de 10 a 24 anos; a segunda, os trabalhadores de 25 a 49 anos; e a terceira, os trabalhadores de mais de 50 anos, como pode ser visto na tabela 2. A hipótese que está se testando, baseada na revisão teórica, é que as mudanças ocorridas na relação capital- trabalho leva à entrada cada vez mais tardia do trabalhador no mercado formal de trabalho, ou, em outras palavras, está se exigindo que os trabalhadores tenham cada vez mais experiência.

**TABELA 2 - DIVISÃO PERCENTUAL DOS PFT, SEGUNDO IDADE DO TRABALHADOR E SETORES DE ATIVIDADE**

| Setores de Atividade Econômica:          | 1989                     |                           |                                  | 1999                     |                           |                                  |
|--|--------------------------|---------------------------|----------------------------------|--------------------------|---------------------------|----------------------------------|
|  | % dos PFT<br>10 a 24 - I | % dos PFT<br>25 a 49 - II | % dos PFT<br>50 ou Mais -<br>III | % dos PFT<br>10 a 24 - I | % dos PFT<br>25 a 49 - II | % dos PFT<br>50 ou Mais -<br>III |
| Extrativa Mineral                        | 18,56                    | 76,67                     | 4,77                             | 13,01                    | 81,00                     | 5,98                             |
| Industria de Transformação               | 40,73                    | 54,29                     | 4,98                             | 31,85                    | 63,69                     | 4,47                             |
| Servicos Industr. de Utilidade Publica   | 10,83                    | 78,31                     | 10,87                            | 5,96                     | 81,39                     | 12,65                            |
| Construcao Civil                         | 30,70                    | 60,31                     | 8,99                             | 22,54                    | 68,57                     | 8,89                             |
| Comercio                                 | 46,44                    | 49,16                     | 4,40                             | 37,22                    | 58,28                     | 4,51                             |
| Servicos                                 | 30,17                    | 63,18                     | 6,65                             | 23,37                    | 68,61                     | 8,02                             |
| Administracao Publica                    | 13,37                    | 73,11                     | 13,52                            | 5,11                     | 80,70                     | 14,19                            |
| Agropecuaria, Extr Vegetal, Caca e Pesca | 37,64                    | 56,00                     | 6,37                             | 24,72                    | 66,20                     | 9,08                             |
| Total                                    | 33,67                    | 59,52                     | 6,81                             | 25,42                    | 67,28                     | 7,31                             |

NOTA: Elaboração do autor, com base nos dados de **RAIS**.

Em 1989, no Estado de Santa Catarina, 33,67% dos **PFT** se concentravam na categoria um, 59,62% na categoria dois e 6,81% na categoria três. Já, em 1999 este percentual muda

para 25,42% na categoria um, 67,28% na categoria dois e 7,31% na categoria três, como mostrado na tabela acima. De acordo com estes dados, pode-se concluir que a categoria dois ganhou espaço no decorrer do período, aumentando sua participação em 7,76%, a categoria três aumentou em 0,5% e a um reduziu sua participação em 8,5%. De modo geral, pode-se afirmar, levando em consideração este item, que aumentou a participação dos trabalhadores com idade entre 25 e 49 anos em virtude da redução da parcela de trabalhadores com idade inferior a 25 anos. Logo a hipótese que o trabalhador está cada vez entrando mais tarde no mercado de trabalho formal se confirma.

Praticamente, todos os setores de atividade econômica do Estado acompanham esta tendência. Ressalta-se, porém, o comportamento dos setores da Indústria da Transformação e da Construção Civil, os quais concentram na sua estrutura de emprego, respectivamente, 63,69% e 68,57% de seus **PFT** com trabalhadores de 25 a 49 anos. Este percentual aumentou no decorrer do período acompanhando a mesma tendência do Estado. Simultaneamente, há uma redução na participação da categoria três, ou seja, nestes dois setores, além de os trabalhadores mais jovens terem diminuindo sua participação no emprego formal, os mais velhos também diminuiram.

Em relação ao grau de instrução, dividiu-se também os trabalhadores que ocupam os **PFT** em três grupos (conforme a tabela 3): o primeiro englobando os trabalhadores analfabetos e que estudaram até a 8ª série incompleta; o segundo, os trabalhadores que concluíram a 8ª série até os que concluíram o 2º grau; e o terceiro grupo, aqueles trabalhadores que começaram ou concluíram um curso superior. A hipótese a se confirmar, em relação a essa variável, é que as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, nas últimas duas décadas do século XX, exigiam do trabalhador cada vez mais anos de estudo, ou seja, um maior grau de instrução.

No princípio do período em estudo (1989), 56,57% dos trabalhadores que ocupavam os **PFT** do Estado se enquadravam na categoria um, 36,97% na dois e 9,46% na três. Em 1999, esse quadro é bem diferente, 36% na categoria um, 50,79% na categoria dois e 13,62% na categoria três. Através dos dados vemos que a categoria dois aumentou sua participação em 13,82%, a três em 4,16%, ambas em virtude de uma redução de 17,57% na categoria um. Fica claro, de maneira global, que o “novo mundo do trabalho” exige cada vez mais trabalhadores com um maior grau de instrução, o que por exemplo, em 1989, não era uma exigência tão latente.

Fato intrigante que decorre dessa análise é que setores como o da Extrativa Mineral, a Indústria da Construção Civil e o da Agricultura, que sempre se caracterizaram pelo baixo

grau de instrução dos trabalhadores, seguiram a mesma tendência em relação ao aumento do grau de instrução e, mesmo tendo a maioria de seus **PFT** ocupados por trabalhadores que se enquadram na categoria um, esta perdeu espaço para os trabalhadores com maior instrução (categoria dois), que no período registrou um aumento de 18,24%, 20,61% e 7,47%, respectivamente.

**TABELA 3 – DIVISÃO PERCENTUAL DOS PFT SEGUNDO GRAU DE INSTRUÇÃO DO TRABALHADOR E SETORES DE ATIVIDADE**

| Setores de Atividade Econômica:          | 1989                                     |  |                                 | 1999  |  |                                 |
|--|--|--|---------------------------------|---|--|---------------------------------|
|  | Analf - 8 <sup>o</sup><br>Série Inco - I | 8 <sup>o</sup> Série<br>Comp-2 <sup>o</sup><br>grau Comp -<br>II | Sup Inco -<br>Sup Comp -<br>III | Analf - 8 <sup>o</sup><br>Série Inco -<br>I | 8 <sup>o</sup> Série<br>Comp-2 <sup>o</sup><br>grau Comp -<br>II | Sup Inco -<br>Sup Comp -<br>III |
| Extrativa Mineral                        | 72,28                                    | 24,69  | 3,03                            | 51,94                                       | 42,97  | 5,09                            |
| Industria de Transformacao               | 68,85                                    | 27,66  | 3,49                            | 44,94                                       | 47,92  | 7,13                            |
| Servicos Industr de Utilidade Publica    | 51,59                                    | 32,41  | 16,00                           | 31,57                                       | 28,16  | 40,27                           |
| Construcao Civil                         | 75,60                                    | 20,91  | 3,49                            | 54,84                                       | 41,52  | 3,64                            |
| Comercio                                 | 41,19                                    | 55,15  | 3,66                            | 26,31                                       | 68,70  | 4,99                            |
| Servicos                                 | 44,01                                    | 43,41  | 12,58                           | 30,33                                       | 52,92  | 16,75                           |
| Administracao Publica                    | 31,79                                    | 41,80  | 26,41                           | 22,89                                       | 43,52  | 33,59                           |
| Agropecuaria, Extr Vegetal, Caca e Pesca | 75,73                                    | 18,72  | 5,55                            | 68,25                                       | 26,20  | 5,54                            |
| Total                                    | 53,57                                    | 36,97  | 9,46                            | 36  | 50,79  | 13,62                           |

NOTA: Elaboração própria, com base nos dados de **RAIS**.

Nos Serviços Industriais de Utilidade Pública e na Administração Pública, a tendência de maior qualificação dos trabalhadores é ainda mais visível. O primeiro setor registrou uma redução na categoria um e dois e aumento em 24,27% na participação dos trabalhadores com grau de instrução maior (superior incompleto e superior completo). Na Administração Pública, o aumento da participação da categoria três é na ordem de 7,18%.

Os demais setores de atividade econômica acompanham a mesma tendência do Estado. Salientando-se que o Comércio e os Serviços se caracterizam por serem os setores que mais demandam força de trabalho com grau de instrução intermediário (categoria 2) e alto. A Indústria da Transformação foi a que registrou maior aumento de participação da categoria dois, 21%, e uma redução de 23,21%, na participação da categoria um.

A análise do tempo de emprego médio do trabalhador se faz necessária para verificar se nos dias de hoje, ou melhor, se na nova ordem do mundo do trabalho os trabalhadores ficam mais tempo empregados numa mesma empresa ou não. Neste sentido, agrupou-se os trabalhadores em três categorias (conforme a tabela 4), a primeira engloba os trabalhadores que estão empregados entre 0,1 e 11,9 meses; a segunda, os trabalhadores que estão

empregados num período de 12 a 59,9 meses; e a terceira categoria, os trabalhadores que estão empregados há mais de 60 meses.

**TABELA 4 – DIVISÃO PERCENTUAL DOS PFT SEGUNDO TEMPO DE EMPREGO DO TRABALHADOR E SETORES DE ATIVIDADE**

| Setores de Atividade Econômica:          | 1989                    |                         |                        | 1999                    |                         |                        |
|--|-------------------------|-------------------------|------------------------|-------------------------|-------------------------|------------------------|
|  | De 0,1 - 11,9 Meses - I | De 12 - 59,9 Meses - II | Mais de 60 Meses - III | De 0,1 - 11,9 Meses - I | De 12 - 59,9 Meses - II | Mais de 60 Meses - III |
| Extrativa Mineral                        | 26,36                   | 58,65                   | 14,99                  | 30,24                   | 43,98                   | 25,78                  |
| Industria de Transformacao               | 36,60                   | 44,05                   | 19,35                  | 31,25                   | 43,35                   | 25,40                  |
| Servicos Industr de Utilidade Publica    | 14,11                   | 20,04                   | 65,85                  | 14,55                   | 16,76                   | 68,69                  |
| Construcao Civil                         | 61,37                   | 32,59                   | 6,04                   | 56,04                   | 37,29                   | 6,68                   |
| Comercio                                 | 44,72                   | 42,96                   | 12,33                  | 40,49                   | 46,47                   | 13,04                  |
| Servicos                                 | 35,63                   | 40,26                   | 24,11                  | 34,21                   | 41,71                   | 24,08                  |
| Administracao Publica                    | 12,11                   | 29,05                   | 58,84                  | 8,96                    | 22,39                   | 68,65                  |
| Agropecuaria, Extr Vegetal, Caca e Pesca | 38,00                   | 42,99                   | 19,01                  | 39,20                   | 36,12                   | 24,68                  |
| Total                                    | 33,86                   | 40,19                   | 25,96                  | 30,95                   | 39,44                   | 29,61                  |

NOTA: Elaboração própria, com base nos dados de RAIS.

Em relação a 1989, 33,86% dos trabalhadores se enquadravam na categoria um, 40,19% na categoria dois e 25,96%, na três. Em 1999, estes números mudaram muito pouco, a porcentagem de trabalhadores do mercado formal de trabalho, na categoria um é de 30,95%, na dois 39,44% e na três 29,61%. Portanto, houve uma pequena redução na categoria dos trabalhadores com menos tempo de emprego (2,91%), e um pequeno aumento na categoria dos trabalhadores com mais tempo de serviço (3,65%). Pode-se então concluir que, hoje, há poucas mudanças em relação ao tempo de emprego do trabalhador comparativamente com o final do ciclo anterior (1989); há um pequeno aumento dos trabalhadores da terceira categoria e uma pequena redução na primeira; e os estabelecimentos, hoje, preferem ficar mais tempo com os trabalhadores.

Este último fato pode ser justificado como uma tentativa dos estabelecimentos de diminuir o custo de aprendizagem do trabalhador, ou se assim podemos dizer, diminuir o custo de adaptação do trabalhador ao novo ambiente de trabalho. É visível que um trabalhador que já está habituado aos processos produtivos, bem como aos “vícios” de um certo estabelecimento alcançara índices de produtividade superiores aos obtidos por um trabalhador que está em fase de adaptação dentro deste mesmo estabelecimento.

Praticamente, todos os setores de atividade econômica apresentam esta tendência. No Comércio e nos Serviços, enquanto que a categoria um perdeu espaço e a três se comportou de maneira praticamente constante, a categoria dois aumentou sua participação em,



respectivamente, 3,51% e em 1,45%. Já os Serviços Industriais de Utilidade Pública e a Administração Pública registraram aumentos mais significativos na categoria três em detrimento das outras duas categorias, o aumento foi de 2,84% e 9,81%. Na Indústria da Transformação, o aumento da categoria três foi de 6,05%, mantendo-se a categoria dois praticamente constante e reduzindo-se a um em 4,30%.

Partindo para um estudo de gênero, pretende-se poder auferir se a participação feminina aumentou ou não no decorrer do período estudado (1989 – 1999) e quais os setores que estas mudanças se apresentam mais latentes.

Em 1989 (tabela 5), a participação feminina no mercado formal de trabalho, era de 34,42%, já a masculina era de 65,58%. Em 1999, a participação feminina subiu para 37,40% e a masculina caiu para 62,60%. Apenas quatro setores de atividade econômica registraram alguma mudança na composição dos **PFT**, quanto ao sexo do trabalhador.

**TABELA 5 – PFT POR GÊNERO E SETORES**

| SETORES:                                 | 1989      |          |         |        |        | 1999      |          |         |        |        |
|--|-----------|----------|---------|--------|--------|-----------|----------|---------|--------|--------|
|  | MASCULINO | FEMININO | Total   | % Masc | % Femi | MASCULINO | FEMININO | Total   | % Masc | % Femi |
| Extrativa Mineral                        | 9.752     | 280      | 10.032  | 97,21  | 2,79   | 4.856     | 292      | 5.148   | 94,33  | 5,67   |
| Industria de Transformacao               | 240.984   | 114.052  | 355.036 | 67,88  | 32,12  | 230.848   | 106.179  | 337.027 | 68,50  | 31,50  |
| Servicos Industr de Utilidade Publica    | 12.968    | 2.344    | 15.312  | 84,69  | 15,31  | 9.917     | 1.762    | 11.679  | 84,91  | 15,09  |
| Construcao Civil                         | 19.543    | 1.352    | 20.895  | 93,53  | 6,47   | 31.767    | 2.126    | 33.893  | 93,73  | 6,27   |
| Comercio                                 | 70.768    | 41.872   | 112.640 | 62,83  | 37,17  | 100.537   | 61.230   | 161.767 | 62,15  | 37,85  |
| Servicos                                 | 143.644   | 80.229   | 223.873 | 64,16  | 35,84  | 146.377   | 114.133  | 260.510 | 56,19  | 43,81  |
| Administracao Publica                    | 69.743    | 61.611   | 131.354 | 53,10  | 46,90  | 73.802    | 80.520   | 154.322 | 47,82  | 52,18  |
| Agropecuaria, Extr Vegetal, Caca e Pesca | 12.880    | 2.858    | 15.738  | 81,84  | 18,16  | 24.606    | 5.713    | 30.319  | 81,16  | 18,84  |
| Total                                    | 580.282   | 304.598  | 884.880 | 65,58  | 34,42  | 622.710   | 371.955  | 994.665 | 62,60  | 37,40  |

NOTA: Elaboração própria, com base nos dados de **RAIS**.

Na Indústria Extrativa Mineral, a participação masculina no mercado formal caiu 2,88%, enquanto a feminina subiu o mesmo percentual. Nos Serviços, a participação feminina registrou o maior percentual de aumento, 7,97%. Na Administração Pública, ocorreu, praticamente, uma transferência na participação dos **PFT**. Em 1989, a participação masculina era de 53,10% e a feminina de 46,90%. Já em 1999 a participação masculina cai para 47,82 e a feminina sobe para 52,18%.

Na Indústria da Transformação, foi registrado um comportamento inverso aos demais setores com a queda de 1% da participação feminina, contrariando a tendência de feminilização da força de trabalho. Em síntese, podemos afirmar que a participação feminina aumentou no mercado formal de trabalho. Mas, quanto às condições de trabalho e à remuneração feminina, estudos posteriores deverão traçar as características.

Através da remuneração do trabalhador, pretende-se traçar um quadro do período e verificar se ocorreram mudanças significativas nesse fator. Optou-se, então, pela análise (conforme a tabela 6) da remuneração do trabalhador em salários mínimos no mês de dezembro de cada ano (1989-1999), agrupando-se os trabalhadores em três grupos de faixas salariais: o primeiro, contendo os trabalhadores com remuneração entre 0,5 e 4 salários mínimos; o segundo grupo, contendo os trabalhadores com remuneração entre 4,1 e 10 salários mínimos; e o terceiro grupo os que ganham mais de 10,1 salários mínimos. Vale lembrar que não é objetivo deste trabalho falar da queda do poder de compra do salário mínimo no decorrer do período.

**TABELA 6 – DIVISÃO PERCENTUAL DOS PFT SEGUNDO REMUNERAÇÃO MÉDIA DO TRABALHADOR E SETORES DE ATIVIDADE**

| Setores de Atividade Econômica:          | 1989                  |                         |                              | 1999                  |                         |                              |
|--|-----------------------|-------------------------|------------------------------|-----------------------|-------------------------|------------------------------|
|  | 0,5 - 4 Sal. Min. - I | 4,1 - 10 Sal. Min. - II | Mais de 10,1 Sal. Min. - III | 0,5 - 4 Sal. Min. - I | 4,1 - 10 Sal. Min. - II | Mais de 10,1 Sal. Min. - III |
| Extrativa Mineral                        | 69,54                 | 26,04                   | 4,43                         | 45,45                 | 49,70                   | 4,84                         |
| Industria de Transformação               | 70,56                 | 23,91                   | 5,52                         | 69,63                 | 25,36                   | 5,01                         |
| Serviços Industr de Utilidade Publica    | 22,29                 | 36,18                   | 41,54                        | 19,88                 | 28,93                   | 51,19                        |
| Construção Civil                         | 83,39                 | 14,09                   | 2,52                         | 79,44                 | 16,98                   | 3,59                         |
| Comercio                                 | 82,44                 | 14,35                   | 3,21                         | 82,09                 | 15,51                   | 2,40                         |
| Serviços                                 | 65,38                 | 21,87                   | 12,76                        | 67,77                 | 21,25                   | 10,98                        |
| Administração Publica                    | 53,15                 | 30,16                   | 16,69                        | 38,04                 | 44,06                   | 17,90                        |
| Agropecuaria, Extr Vegetal, Caca e Pesca | 82,37                 | 12,69                   | 4,94                         | 83,18                 | 9,74                    | 7,08                         |
| Total                                    | 67,86                 | 22,90                   | 9,24                         | 66,25                 | 25,01                   | 8,73                         |

NOTA: Elaboração própria, com base nos dados de RAIS.

No Estado, a participação dos trabalhadores que se enquadram no grupo um e três caiu respectivamente 1,61% e 0,51%; já a participação dos trabalhadores que se enquadram no grupo dois subiu 2,11%. No setor da Indústria Extrativa Mineral, o aumento da participação do grupo dois foi o mais significativo de todos os setores de atividade econômica, 23,66%, mostrando que houve um incremento na remuneração do trabalhador nesse setor.

Na Indústria da Transformação, o quadro ficou praticamente inalterado, sendo que a participação dos trabalhadores com remuneração entre 0,5 e 4 salários mínimos, em 1999, foi de 69,63%; dos que recebem entre 4,1 e 10 salários mínimos, foi de 25,36%; e dos que recebem mais de 10 salários mínimos, foi de 5,01%.

Nos Serviços Industriais de Utilidade Pública, a participação do terceiro grupo de trabalhadores subiu 9,65%, sendo que 51,19% dos trabalhadores deste setor se enquadravam neste grupo. Na Administração Pública, a participação dos trabalhadores que recebem entre

4,1 e 10 salários mínimos aumentou em 13,9%, sendo que 44,06% dos **PFT** do setor são ocupados por trabalhadores que se enquadram nesta faixa de remuneração.

A Indústria da Construção Civil, do Comércio e da Agricultura mantêm a mesma tendência do início do período e são os setores que pior remuneravam seus trabalhadores. Na Agricultura, 83,18% dos trabalhadores possuíam uma remuneração igual ou inferior a 4 salários mínimos, no Comércio, 82,09% dos trabalhadores e na construção civil, 79,44%.

Verificando o tamanho dos estabelecimentos, pretende-se constatar se houve ou não, mudanças em relação à concentração dos **PFT**, e se ocorriam em estabelecimentos maiores ou menores. Dessa forma, agrupou-se os estabelecimentos em três categorias (Tabela 7): a primeira, envolvendo estabelecimentos com 1 a 49 funcionários; a segunda, de 50 a 499 empregados; e a terceira, com mais de 500 funcionários.

**TABELA 7 – DIVISÃO PERCENTUAL DOS PFT SEGUNDO TAMANHO DO ESTABELECIMENTO E SETORES DE ATIVIDADE**

| Setores de Atividade Econômica:          | 1989                     |                             |                              | 1999                     |                             |                              |
|--|--------------------------|-----------------------------|------------------------------|--------------------------|-----------------------------|------------------------------|
|  | De 4 - 49<br>Empreg. - I | De 50 - 499<br>Empreg. - II | Mais de 500<br>Empreg. - III | De 4 - 49<br>Empreg. - I | De 50 - 499<br>Empreg. - II | Mais de 500<br>Empreg. - III |
| Extrativa Mineral                        | 16,67                    | 42,63                       | 40,70                        | 39,14                    | 40,68                       | 20,18                        |
| Industria de Transformação               | 21,15                    | 35,96                       | 42,89                        | 35,15                    | 37,23                       | 27,62                        |
| Serviços Industr de Utilidade Publica    | 10,87                    | 35,71                       | 53,42                        | 19,30                    | 61,09                       | 19,61                        |
| Construção Civil                         | 45,47                    | 46,00                       | 8,53                         | 65,74                    | 27,49                       | 6,77                         |
| Comercio                                 | 71,43                    | 27,58                       | 0,99                         | 82,62                    | 16,59                       | 0,78                         |
| Serviços                                 | 45,27                    | 38,82                       | 15,91                        | 56,29                    | 28,58                       | 15,12                        |
| Administração Publica                    | 1,72                     | 26,99                       | 71,29                        | 1,69                     | 27,02                       | 71,29                        |
| Agropecuaria, Extr Vegetal, Caca e Pesca | 34,10                    | 39,90                       | 26,01                        | 54,33                    | 31,09                       | 14,58                        |
| Total                                    | 31,34                    | 34,66                       | 34,00                        | 44,61                    | 29,92                       | 25,47                        |

NOTA: Elaboração própria, com base nos dados de **RAIS**.

Em 1999, 44,61% dos trabalhadores estavam empregados em estabelecimentos com menos de 50 empregados, 29,92% em empresas que possuem um quadro de funcionários entre 50 e 499 empregados, e 25,47% em estabelecimentos com mais de 500 funcionários. Comparativamente, no período estudado (1989-1999), a categoria um (Micro e Pequenas Empresas em relação ao número de empregados) cresceu 13,27%, a dois e três diminuíram sua participação no total de **PFT** do Estado em 4,74% e em 8,53% respectivamente.

Em relação ao número de estabelecimentos, foram registrados em, 1989, 49.730 estabelecimentos com 1 a 49 empregados, 2.344 estabelecimentos empregando entre 50 e 499 trabalhadores e 216 com mais de 500 empregados. Em 1999, estes números são respectivamente: 102.109, 2.359 e 182 estabelecimentos. Este aumento de 105,32%, no número de estabelecimentos com um quadro reduzido de funcionários, pode atingir essas

grandes cifras, talvez em virtude de um aumento na fiscalização na década de 90, ou seja, parte deste aumento pode ser justificado pela inclusão das empresas no cadastro da **RAIS**.

Contudo, a redução das empresas que empregam mais de 500 trabalhadores é uma realidade que atinge, praticamente, todos os setores da atividade econômica (com exceção do comércio e dos serviços) e, em especial, a Indústria da Transformação, que registrou uma queda no período de 33,05% no número de empresas que empregavam mais de 500 trabalhadores.

Todos os setores de atividade econômica acompanharam a mesma tendência do Estado, sendo que os setores que, considerando o número de trabalhadores e o aumento na participação da categoria de estabelecimentos empregando entre 1 e 49 trabalhadores em detrimento das demais categorias, apresentaram maior grau de transferência de importância na concentração de **PFT**, são: Indústria Extrativa Mineral, com um aumento de 22,47% na concentração de **PFT** nesta categoria; Indústria da Transformação, com um aumento de 14%; Indústria da Construção Civil, com 20,27% de aumento; e a Agricultura, com 20,23% de aumento.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os levantamentos feitos neste trabalho, pode-se descrever algumas mudanças no mercado de trabalho formal no Estado de Santa Catarina. Estas mudanças são sentidas tanto na criação, como na locação dos **PFT**. Após uma leitura sobre o mercado de trabalho nacional, constata-se que muitas das mudanças apontadas pelos teóricos do assunto coincidem. O Estado parece seguir estas mesmas tendências.

O começo dos anos noventa se apresenta como um divisor de águas para a economia brasileira, o que é refletido nos dados sobre emprego formal em Santa Catarina. Confirma-se, também, neste espaço, alguns traços da evolução do mercado de trabalho tanto no capitalismo central, como periférico, tais como aumento da participação relativa do setor de Serviços e Comércio no emprego formal e diminuição absoluta e relativa no emprego formal na Indústria de Transformação, com poucas exceções. Além disso, ressalta-se o grande aumento absoluto e relativo dos postos formais de trabalho no setor de Construção Civil. Outra característica a ser apontada é o baixo nível de criação de **PFT** quando comparado com os níveis de crescimento da **PEA**, dando sinais da incapacidade do mercado formal de trabalho em abrigar estes novos trabalhadores que, na maioria das vezes, têm que buscar alternativas de sobrevivência fora do mercado de trabalho formal.

Quanto às novas características dos postos formais de trabalho no Estado, pode-se afirmar que foram ocupados, em sua maioria, por trabalhadores entre 25 e 50 anos que concluíram, no mínimo, o primeiro grau e estão cursando ou já concluíram o segundo grau, reduzindo assim a participação dos trabalhadores mais jovens e menos qualificados. No decorrer do período, registrou-se um aumento da participação feminina. Os estabelecimentos reduziram o número de trabalhadores e ocorreu um aumento na participação de estabelecimentos menores, ocupando entre cinco e cinquenta trabalhadores, e uma redução nos estabelecimentos que empregavam mais de quinhentos trabalhadores.

A remuneração dos trabalhadores, em termos de salários mínimos, permaneceu praticamente inalterada no decorrer do período, indicando uma certa rigidez nos níveis salariais. É bom salientar que setores que criaram postos de trabalho, como o Comércio, a Indústria da Construção Civil e a Agricultura têm como característica uma remuneração mais baixa dos trabalhadores em comparação com o setor que mais destruiu postos de trabalho, a Indústria da Transformação.

Este estudo limitou-se ao emprego formal, num contexto de rápida reestruturação produtiva e acelerada concorrência internacional, em que os fluxos comerciais e de investimentos são cada vez mais importantes. No entanto, não abordou-se, nesta pesquisa, outros problemas que fazem parte da “nova” realidade, como por exemplo, trabalhadores com baixa remuneração, desigualdades salariais, exclusão social e desemprego de longa duração. Logo, inúmeros outros fatores são fundamentais para se obter uma noção exata das transformações que a acumulação do capital causa aos trabalhadores.

## REFERÊNCIAS

- BALTAR, P. E. de A.; HENRIQUE, W. Emprego e Renda na crise contemporânea do Brasil. In: OLIVEIRA, Marco Antonio (org) **O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século**. São Paulo: Editora Página Aberta LTDA. p.605-618, 1994.
- BERNARDO, J. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos?** São Paulo: Boitempo, 2000.
- CACCIAMALI, M. C. Aspectos da Distribuição de Renda no Brasil. Manual de Economia: equipe de professores da USP. 3.ed. São Paulo: Saraiva, p.437-456, 1998.
- CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. Anais do XXVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. v. 3. Belém: ANPEC, 1999. p.2059-2074.
- CATELLS, M. **A sociedade em rede**. 4.ed. v.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHAHAD, J. P. Z. Mercado de Trabalho: Conceitos, Definições e Funcionamento. **Manual de Economia**: equipe de professores da USP. 3.ed. São Paulo: Saraiva, p.403-435, 1998.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Departamento de Emprego e Salários. **Bases estatísticas**. Brasília, jan/1999 a abr/2001. CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Departamento de Emprego e Salários. **Bases estatísticas**. Brasília, 1991. RAIS – Relação Anual de informações sociais.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Departamento de Emprego e Salários. **Bases estatísticas**. Brasília, 2001. CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.

DEDECCA, C. S. Produtividade, Emprego e Salários na Indústria Brasileira. Anais do XXVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. v.3. Belém: ANPEC, 1999, p.2043-2058.

DE MASI, D. **Desenvolvimento sem trabalho**. 2.ed. São Paulo: Esfera, 1999.

\_\_\_\_\_. **O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial**. 4.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

DIEESE. **Reestruturação produtiva e emprego na indústria de Santa Catarina**. n.1, jan/1997. Florianópolis: DIEESE, 1997.

\_\_\_\_\_. **Qualificação, formação e emprego em Santa Catarina: quadro crítico da situação dos trabalhadores** (Versão Integral). n.2, dez/1997. Florianópolis: DIEESE, 1997.

GOETTEN, R. J. **Análise do emprego formal na região serrana catarinense: 1986 - 1999**. Monografia (Curso de Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2001. 57 p.

LEITE, M. de P. Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão da mão-de-obra. In: OLIVEIRA, M. A. (org) **O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século**. São Paulo: Editora Página Aberta LTDA, p.563-588, 1999.

LINS, H. N.; MATTEI, L. A socioeconomia catarinense no limiar do século XXI. **Texto para discussão**. Florianópolis: Departamento de Ciências Econômicas / UFSC, 2002.

MACEDO, R. **Os salários na teoria econômica**. Rio de Janeiro: IPEA, 1982.

Tabela I: PFT em Santa Catarina, por sbperíodos selecionados

| Setores e Subsetores  | 1986     |          |          | 1989     |          |             | Análise do Subperíodo |             |          | 1992     |             |               | Análise do Subperíodo |          |          | 1999        |               |             | Análise do Subperíodo |             |               | Análise do Período |               |  | Análise Cíclica |  |  |
|-----------------------|----------|----------|----------|----------|----------|-------------|-----------------------|-------------|----------|----------|-------------|---------------|-----------------------|----------|----------|-------------|---------------|-------------|-----------------------|-------------|---------------|--------------------|---------------|--|-----------------|--|--|
|                       | N. Abso. | Sub./Tot | N. Abso. | N. Abso. | Sub./Tot | Var % 86-89 | Var Abs 86-89         | Var % 86-89 | N. Abso. | Sub./Tot | Var % 89-92 | Var Abs 89-92 | Var % 89-92           | N. Abso. | Sub./Tot | Var % 92-99 | Var Abs 92-99 | Var % 86-99 | Var Abs 86-99         | Var % 89-99 | Var Abs 89-99 | Var % 89-99        | Var Abs 89-99 |  |                 |  |  |
| Ind. da Transformação |          |          |          |          |          |             |                       |             |          |          |             |               |                       |          |          |             |               |             |                       |             |               |                    |               |  |                 |  |  |
| MIN NAO MET           | 25.540   | 3,06     | 32,319   | 32,319   | 3,55     | 26,54       | 6.779                 | -39,07      | 19.692   | 2,40     | -12,627     | -12,627       | -39,07                | 22.085   | 2,22     | 12,15       | 2.393         | -3,455      | -13,53                | -10.234     | -31,67        |                    |               |  |                 |  |  |
| IND METAL             | 25.020   | 3,00     | 26.718   | 26,718   | 2,93     | 6,79        | 1.698                 | -30,40      | 18.596   | 2,26     | -8.122      | -8,122        | -30,40                | 29.704   | 2,98     | 59,73       | 11.108        | 4,684       | 18,72                 | 2.986       | 11,18         |                    |               |  |                 |  |  |
| IND MECANICA          | 25.446   | 3,05     | 29.829   | 29,829   | 3,28     | 17,22       | 4.383                 | -22,76      | 23.040   | 2,80     | -6.789      | -6,789        | -22,76                | 21.625   | 2,17     | -1,415      | -1,415        | -15,02      | -3.821                | -8.204      | -27,50        |                    |               |  |                 |  |  |
| ELET E COMUN          | 9.901    | 1,19     | 11.380   | 11,380   | 1,25     | 14,94       | 1.479                 | -28,28      | 8.162    | 0,99     | -3.218      | -3,218        | -28,28                | 9.536    | 0,96     | 16,83       | 1.374         | -3,65       | -3,69                 | -1.844      | -16,20        |                    |               |  |                 |  |  |
| MAT TRANSP            | 4.662    | 0,56     | 4.694    | 4,694    | 0,52     | 0,69        | 32                    | 25,91       | 5.910    | 0,72     | 1.216       | 1,216         | 25,91                 | 7.133    | 0,72     | 20,69       | 1.223         | 2,471       | 53,00                 | 2.439       | 51,96         |                    |               |  |                 |  |  |
| MAD E MOBIL           | 62.586   | 7,50     | 63.372   | 63,372   | 6,96     | 1,26        | 786                   | -20,90      | 50.127   | 6,10     | -13.245     | -13,245       | -20,90                | 59.785   | 6,00     | 19,27       | 9.658         | -2,801      | -4,48                 | -3.587      | -5,66         |                    |               |  |                 |  |  |
| PAPEL E GRAF          | 14.743   | 1,77     | 17.375   | 17,375   | 1,91     | 2,632       | 2.632                 | -12,16      | 15.262   | 1,86     | -2.113      | -2,113        | -12,16                | 17.131   | 1,72     | 12,25       | 1.869         | 2,388       | 16,20                 | -244        | -1,40         |                    |               |  |                 |  |  |
| BOR FUM COUR          | 8.008    | 0,96     | 8.860    | 8,860    | 0,97     | 10,64       | 852                   | -14,10      | 7.611    | 0,93     | -1.249      | -1,249        | -14,10                | 5.950    | 0,60     | -21,82      | -1.661        | -2,058      | -25,70                | -2.910      | -32,84        |                    |               |  |                 |  |  |
| IND QUIMICA           | 17.283   | 2,07     | 19.772   | 19,772   | 2,17     | 14,40       | 2.489                 | -15,34      | 16.739   | 2,04     | -3.033      | -3,033        | -15,34                | 22.993   | 2,31     | 37,36       | 6.254         | 5,710       | 33,04                 | 3.221       | 16,29         |                    |               |  |                 |  |  |
| IND TEXTIL            | 87.800   | 10,52    | 91.038   | 91,038   | 10,00    | 3,69        | 3.238                 | -21,57      | 71.398   | 8,69     | -19.640     | -19,640       | -21,57                | 86.558   | 8,69     | 21,23       | 15.160        | -1,242      | -1,41                 | -4.480      | -4,92         |                    |               |  |                 |  |  |
| IND CALCADOS          | 11.545   | 1,38     | 8.628    | 8,628    | 0,95     | -25,27      | -2.917                | -35,20      | 5.591    | 0,68     | -3.037      | -3,037        | -35,20                | 3.218    | 0,32     | -2,373      | -2,373        | -72,13      | -8.327                | -5.410      | -62,70        |                    |               |  |                 |  |  |
| ALIM E BEB            | 39.812   | 4,77     | 41.051   | 41,051   | 4,51     | 3,11        | 1.239                 | -9,40       | 37.192   | 4,53     | -3.859      | -3,859        | -9,40                 | 51.309   | 5,15     | 37,96       | 14.117        | 11,497      | 28,88                 | 10.258      | 24,99         |                    |               |  |                 |  |  |
| Tot. da Ind.          | 332.346  | 39,82    | 355.036  | 355,036  | 38,98    | 6,83        | 22.690                | -21,33      | 279.320  | 34,00    | -75.716     | -75,716       | -21,33                | 337.027  | 33,82    | 20,66       | 57.707        | 4,681       | 1,41                  | -18.009     | -5,07         |                    |               |  |                 |  |  |
| SER UTIL PUB          | 13.151   | 1,58     | 15.312   | 15,312   | 1,68     | 16,43       | 2.161                 | -17,26      | 12.669   | 1,54     | -2.643      | -2,643        | -17,26                | 11.679   | 1,17     | -7,81       | -990          | -1,472      | -11,19                | -3.633      | -23,73        |                    |               |  |                 |  |  |
| CONSTR CIVIL          | 14.518   | 1,74     | 20.895   | 20,895   | 2,29     | 43,92       | 6.377                 | 6,62        | 22.279   | 2,71     | 1.384       | 1,384         | 6,62                  | 33.893   | 3,40     | 52,13       | 11.614        | 19,375      | 133,46                | 12.998      | 62,21         |                    |               |  |                 |  |  |
| COMÉRCIO              |          |          |          |          |          |             |                       |             |          |          |             |               |                       |          |          |             |               |             |                       |             |               |                    |               |  |                 |  |  |
| COM VAREJ             | 86.438   | 10,36    | 93.435   | 93,435   | 10,26    | 8,09        | 6.997                 | -15,65      | 78.808   | 9,59     | -14.627     | -14,627       | -15,65                | 137.362  | 13,79    | 74,30       | 58.554        | 50.924      | 58,91                 | 43.927      | 47,01         |                    |               |  |                 |  |  |
| COM ATACAD            | 16.561   | 1,98     | 19.205   | 19,205   | 2,11     | 15,97       | 2.644                 | -4,50       | 18.341   | 2,23     | -864        | -864          | -4,50                 | 24.405   | 2,45     | 33,06       | 6.064         | 7.844       | 47,36                 | 5.200       | 27,08         |                    |               |  |                 |  |  |
| Tot. do Com.          | 102.999  | 12,34    | 112.640  | 112,640  | 12,37    | 9,36        | 9.641                 | -13,75      | 97.149   | 11,83    | -15.491     | -15,491       | -13,75                | 161.767  | 16,23    | 66,51       | 64.618        | 58.768      | 57,06                 | 49.127      | 43,61         |                    |               |  |                 |  |  |
| SERVIÇOS              |          |          |          |          |          |             |                       |             |          |          |             |               |                       |          |          |             |               |             |                       |             |               |                    |               |  |                 |  |  |
| INST FINANC           | 26.069   | 3,12     | 27.215   | 27,215   | 2,99     | 4,40        | 1.146                 | -21,05      | 21.485   | 2,62     | -5.730      | -5,730        | -21,05                | 16.753   | 1,68     | -22,02      | -4.732        | -9,316      | -35,74                | -10.462     | -38,44        |                    |               |  |                 |  |  |
| ADM TEC PROF          | 49.752   | 5,96     | 62.198   | 62,198   | 6,83     | 25,02       | 12.446                | -15,24      | 52.722   | 6,42     | -9.476      | -9,476        | -15,24                | 68.915   | 6,92     | 30,71       | 16.193        | 19.163      | 38,52                 | 6.717       | 10,80         |                    |               |  |                 |  |  |
| TRAN COMUNIC          | 28.996   | 3,47     | 34.343   | 34,343   | 3,77     | 18,44       | 5.347                 | -14,06      | 29.516   | 3,59     | -4.827      | -4,827        | -14,06                | 44.696   | 4,49     | 51,43       | 15.180        | 15.700      | 54,15                 | 10.353      | 30,15         |                    |               |  |                 |  |  |
| ALOJ COMUNIT          | 71.577   | 8,58     | 80.732   | 80,732   | 8,86     | 12,79       | 9.155                 | -13,62      | 69.733   | 8,49     | -10.999     | -10,999       | -13,62                | 79.126   | 7,94     | 9,393       | 13,47         | 7.549       | 10,55                 | -1.606      | -1,99         |                    |               |  |                 |  |  |
| MED ODON VET          | 10.815   | 1,30     | 15.536   | 15,536   | 1,71     | 43,65       | 4.721                 | -18,31      | 12.691   | 1,54     | -2.845      | -2,845        | -18,31                | 23.802   | 2,39     | 11,111      | 11.111        | 12,987      | 120,08                | 8.266       | 53,21         |                    |               |  |                 |  |  |
| ENSINO                | 3.124    | 0,37     | 3.849    | 3,849    | 0,42     | 23,21       | 725                   | -13,67      | 3.323    | 0,40     | -526        | -526          | -13,67                | 27.218   | 2,73     | 23,895      | 719,08        | 24.094      | 771,25                | 23.369      | 607,14        |                    |               |  |                 |  |  |
| Tot dos Ser.          | 190.333  | 22,80    | 223.873  | 223,873  | 24,58    | 33,540      | 33.540                | -15,37      | 189.470  | 23,06    | -34.403     | -34,403       | -15,37                | 260.510  | 26,14    | 37,49       | 71.040        | 70.177      | 36,87                 | 36.637      | 16,37         |                    |               |  |                 |  |  |
| ADM PUBLICA           | 154.004  | 18,45    | 135.119  | 135,119  | 14,84    | -18,885     | -12,26                | 2,68        | 138.737  | 16,89    | 3.618       | 3,618         | 2,68                  | 154.322  | 15,49    | 15,585      | 11,23         | 318         | 0,21                  | 19.203      | 14,21         |                    |               |  |                 |  |  |
| AGRICULTURA           | 12.038   | 1,44     | 15.738   | 15,738   | 1,73     | 30,74       | 3.700                 | 2,50        | 16.132   | 1,96     | 394         | 394           | 2,50                  | 30.319   | 3,04     | 87,94       | 14.187        | 18.281      | 151,86                | 14.581      | 92,65         |                    |               |  |                 |  |  |
| EXTR MINERAL          | 13.290   | 1,59     | 10.032   | 10,032   | 1,10     | -3,258      | -24,51                | -45,66      | 5.451    | 0,66     | -4.581      | -4,581        | -45,66                | 5.148    | 0,52     | -303        | -303          | -8,142      | -61,26                | -4.884      | -48,68        |                    |               |  |                 |  |  |
| Total                 | 834.697  | 100,00   | 910.724  | 910,724  | 100      | 76,027      | 9,11                  | -9,80       | 821.482  | 100      | -89.242     | -89,242       | -9,80                 | 996.439  | 100      | 174,957     | 21,30         | 161.742     | 19,38                 | 85.715      | 9,41          |                    |               |  |                 |  |  |

NOTA:Elaboração do próprio autor, com base em dados da RAIS/SC.

Tabela IV: PFT em Santa Catarina

|              | 1986    | 1987    | 1988    | 1989    | 1990    | 1991    | 1992    | 1993    | 1994    | 1995    | 1996    | 1997    | 1998    | 1999    | 2000      | 2001      | 2002      |
|--------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|-----------|-----------|-----------|
| EXTR MINERAL | 13.290  | 13.123  | 11.007  | 10.032  | 7.544   | 7.208   | 5.451   | 5.596   | 5.954   | 5.678   | 4.127   | 4.699   | 4.657   | 5.148   | 5.441     | 5.340     | 5.381     |
| IND TRANSF   | 332.346 | 335.209 | 329.850 | 355.036 | 314.910 | 295.120 | 279.320 | 304.697 | 342.506 | 330.015 | 325.762 | 322.003 | 313.130 | 337.027 | 368.176   | 386.003   | 391.273   |
| MIN NAO MET  | 25.540  | 28.070  | 29.824  | 32.319  | 26.863  | 22.173  | 19.692  | 19.569  | 20.962  | 20.010  | 19.738  | 20.519  | 21.214  | 22.085  | 22.017    | 22.077    | 22.029    |
| IND METAL    | 25.020  | 25.546  | 24.320  | 26.718  | 22.198  | 18.560  | 18.596  | 20.457  | 21.609  | 22.116  | 25.694  | 20.594  | 21.253  | 29.704  | 27.218    | 28.772    | 29.565    |
| IND MECANICA | 25.446  | 26.909  | 26.055  | 29.829  | 25.246  | 25.154  | 23.040  | 24.693  | 30.348  | 24.145  | 23.160  | 21.154  | 20.737  | 21.625  | 22.519    | 23.708    | 24.191    |
| ELET E COMUN | 9.901   | 10.764  | 10.853  | 11.380  | 10.423  | 8.329   | 8.162   | 8.163   | 9.412   | 10.272  | 10.109  | 9.699   | 9.182   | 9.536   | 10.398    | 11.438    | 11.467    |
| MAT TRANSP   | 4.662   | 4.856   | 4.332   | 4.694   | 5.707   | 6.372   | 5.910   | 5.795   | 4.801   | 7.719   | 7.211   | 7.558   | 7.432   | 7.133   | 8.333     | 9.066     | 8.948     |
| MAD E MOBIL  | 62.586  | 60.945  | 61.264  | 63.372  | 52.416  | 50.534  | 50.127  | 54.524  | 57.001  | 52.879  | 52.819  | 54.858  | 52.276  | 59.785  | 62.948    | 63.893    | 64.684    |
| PAPEL E GRAF | 14.743  | 15.928  | 16.388  | 17.375  | 14.541  | 15.702  | 15.262  | 14.200  | 17.805  | 18.367  | 18.260  | 18.408  | 17.498  | 17.131  | 18.395    | 18.985    | 19.040    |
| BOR FUM COUR | 8.008   | 8.141   | 8.657   | 8.860   | 7.828   | 7.899   | 7.611   | 9.456   | 5.740   | 5.499   | 5.669   | 6.923   | 5.463   | 5.950   | 7.026     | 7.631     | 7.965     |
| IND QUIMICA  | 17.283  | 17.661  | 17.863  | 19.772  | 18.462  | 18.006  | 16.739  | 17.957  | 18.394  | 19.690  | 19.592  | 21.601  | 22.248  | 22.993  | 25.723    | 27.637    | 27.892    |
| IND TEXTIL   | 87.800  | 86.465  | 84.832  | 91.038  | 83.513  | 78.363  | 71.398  | 85.489  | 98.987  | 92.174  | 87.490  | 84.237  | 83.577  | 86.558  | 102.664   | 108.699   | 110.290   |
| IND CALCADOS | 11.545  | 9.570   | 8.208   | 8.628   | 7.161   | 5.211   | 5.591   | 6.689   | 5.750   | 3.735   | 3.240   | 2.881   | 2.842   | 3.218   | 3.999     | 4.030     | 3.992     |
| ALIM E BEB   | 39.812  | 40.354  | 37.254  | 41.051  | 40.552  | 38.817  | 37.192  | 37.705  | 51.697  | 53.409  | 52.780  | 53.571  | 49.408  | 51.309  | 56.936    | 60.067    | 61.210    |
| SER UTIL PUB | 13.151  | 12.955  | 13.834  | 15.312  | 15.151  | 13.708  | 12.669  | 13.440  | 15.183  | 14.469  | 12.779  | 12.233  | 13.462  | 11.679  | 11.094    | 11.429    | 11.465    |
| CONSTR CIVIL | 14.518  | 14.989  | 17.624  | 20.895  | 18.882  | 20.806  | 22.279  | 23.532  | 35.144  | 34.089  | 34.333  | 35.730  | 36.804  | 33.893  | 36.909    | 39.082    | 39.469    |
| COMERCIO     | 102.999 | 103.428 | 106.277 | 112.640 | 108.612 | 101.141 | 97.149  | 101.920 | 127.787 | 133.412 | 134.079 | 149.175 | 152.931 | 161.767 | 179.682   | 192.187   | 191.865   |
| COM VAREJ    | 86.438  | 86.589  | 88.562  | 93.435  | 89.900  | 83.357  | 78.808  | 82.736  | 107.259 | 109.886 | 113.926 | 126.707 | 129.705 | 137.362 | 152.294   | 162.716   | 161.568   |
| COM ATACAD   | 16.561  | 16.839  | 17.715  | 19.205  | 18.712  | 17.784  | 18.341  | 19.184  | 20.528  | 23.526  | 20.153  | 22.468  | 23.226  | 24.405  | 27.388    | 29.471    | 30.297    |
| SERVIÇOS     | 190.333 | 203.697 | 205.496 | 223.873 | 211.135 | 205.346 | 189.470 | 186.215 | 193.536 | 215.098 | 220.427 | 239.492 | 249.175 | 260.510 | 284.966   | 300.858   | 303.210   |
| INST FINANC  | 26.069  | 24.880  | 19.711  | 27.215  | 25.340  | 23.294  | 21.485  | 21.952  | 22.471  | 19.936  | 18.704  | 18.545  | 17.266  | 16.753  | 17.986    | 18.240    | 18.276    |
| ADM TEC PROF | 49.752  | 54.186  | 55.227  | 62.198  | 57.780  | 55.499  | 52.722  | 54.118  | 44.276  | 46.164  | 51.389  | 57.372  | 63.321  | 68.915  | 79.846    | 86.282    | 88.329    |
| TRAN COMUNIC | 28.996  | 31.786  | 33.098  | 34.343  | 30.945  | 31.170  | 29.516  | 26.607  | 41.484  | 41.476  | 40.998  | 45.538  | 44.256  | 44.696  | 46.795    | 49.515    | 49.681    |
| ALOJ COMUNIT | 71.577  | 76.379  | 79.325  | 80.732  | 76.534  | 73.172  | 69.733  | 67.422  | 55.483  | 61.361  | 64.415  | 70.575  | 73.804  | 79.126  | 84.915    | 88.956    | 88.653    |
| MED ODON VET | 10.815  | 12.881  | 14.445  | 15.536  | 16.842  | 18.436  | 12.691  | 12.994  | 19.723  | 20.443  | 22.498  | 23.513  | 23.862  | 23.802  | 24.557    | 25.384    | 25.577    |
| ENSINO       | 3.124   | 3.585   | 3.690   | 3.849   | 3.694   | 3.775   | 3.323   | 3.122   | 10.099  | 25.718  | 22.423  | 23.949  | 27.666  | 27.218  | 30.867    | 32.481    | 32.694    |
| ADM PUBLICA  | 154.004 | 156.318 | 152.001 | 135.119 | 135.255 | 131.696 | 138.737 | 140.079 | 141.144 | 142.081 | 147.581 | 146.343 | 148.768 | 154.322 | 152.424   | 153.440   | 155.178   |
| AGRICULTURA  | 12.038  | 13.983  | 14.059  | 15.738  | 14.790  | 15.046  | 16.132  | 17.969  | 30.396  | 29.067  | 28.838  | 29.658  | 27.955  | 30.319  | 29.501    | 31.664    | 37.492    |
| OUTROS       | 2.018   | 2.386   | 8.533   | 22.079  | 35.244  | 46.695  | 60.275  | 72.202  | 31.942  | 4.836   | 1.682   | 408     | 134     | 1.774   | 52        | 90        | 88        |
| Total        | 834.697 | 856.088 | 858.681 | 910.724 | 861.523 | 836.766 | 821.482 | 865.650 | 923.592 | 908.745 | 909.608 | 939.741 | 947.016 | 996.439 | 1.068.245 | 1.120.093 | 1.135.421 |

NOTA: Elaboração do próprio autor, com base em dados da RAIS, CAGED/SC.